



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na sexta-feira	Capital de giro Na sexta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,31% São Paulo 0,34% Nova York	120.014 121.570 29/330/331/31/4	R\$ 1.212	Na sexta-feira R\$ 4,667 (-1,97%) 28/março4,77329/março4,75730/março4,78731/março4,761	R\$ 5,156	6,76%	11,65%	Outubro/20211,25Novembro/20210,95Dezembro/20210,73Janeiro/20220,54Fevereiro/20221,01

CONJUNTURA

Planos de saúde podem ter aumento de até 18,2%

Após reajuste de quase 11% nos remédios, consumidor deve preparar o bolso para correção recorde das operadoras privadas

» MICHELLE PORTELA

Alta do preço dos medicamentos — que tiveram reajuste de quase 11% ontem — não é a única má notícia para o bolso dos brasileiros. O aumento nos planos de saúde, previsto para maio, deverá ser recorde e ultrapassar os 13,57% registrados em 2016, de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável por regulamentar o setor.

Em 2021, os planos individuais tiveram um desconto de 8,2%, devido à redução da demanda para uso dos serviços médicos oferecidos. Agora, de acordo com projeções de especialistas, os reajustes deste ano devem ficar entre 15% e 18,2%, o que superaria com folga o recorde de 2016.

Esse aumento também englobaria os planos coletivos, que agregam os convênios empresariais. Apesar de a pandemia da covid-19 ainda não estar totalmente superada, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), justificou a expectativa desse reajuste diante da mudança de cenário e do aumento dos custos operacionais. “Diversos fatores influenciam o reajuste dos planos de saúde, como o aumento do preço de medicamentos e insumos médicos, o crescimento da utilização de recursos dos planos e a incorporação de novas tecnologias nas coberturas obrigatórias aos planos de saúde”, informou a FenaSaúde, em nota.

O próximo índice oficial de correção começa a valer entre maio de 2022 e abril de 2023 e será definido neste mês pela ANS. O pior cenário é calculado no estudo do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS). O levantamento, que considera a variação dos custos médico-hospitalares feita pelo IESS (VCMH-IESS) e verifica a média ponderada entre as categorias de preços do serviço, foi de 18,2% para o período de 12 meses, encerrado em junho de 2021. “Observa-se uma retomada

do crescimento do indicador em março de 2021, após oito meses de variação negativa. Destaca-se que nesse período a VCMH das terapias permaneceu positiva, ou seja, a despesa com esse tipo de procedimento cresceu. Também é importante notar que para internações e Outros Serviços Ambulatoriais (OSA) o período de VCMH negativa foi curto — de setembro de 2020 a novembro do mesmo ano, para internações, e de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, para OSA. A variação das despesas com esses itens tem permanecido positiva. Em relação às consultas, a VCMH ainda está negativa e, para exames, ela ficou negativa até abril de 2021. Isso deveu-se, exclusivamente, à redução da frequência, pois os custos cresceram durante todo o período”, justificou a entidade no estudo.

Outra projeção de aumento dos planos de saúde está em um recente relatório do banco BTG Pactual, que aponta uma correção de 15%. A taxa é menor do que a apontada pelo IESS, mas também ficou acima do reajuste recorde de 2016 e acima do custo de vida. No ano passado, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), registrou alta de 10,06%. E, no acumulado em 12 meses até a primeira metade de março, o indicador registrou elevação de 10,8%.

Cenário desanimador

O reajuste anual dos planos de saúde é regido pela ANS desde 1999. Anualmente, a agência dispõe sobre qual será o percentual a ser aplicado como recomposição da moeda para estes planos. O reajuste tem o intuito de recompor o valor dos prêmios (mensalidades), em uma variação denominada variação de custos médicos hospitalares (VCMH).

Para os planos coletivos (sejam os empresariais, sejam os coletivos por adesão), o cenário não deve ser melhor: historicamente, esses planos, que são a maioria no país, já sofrem reajustes mais altos do que os planos

Reprodução



ANS definirá, neste mês, o novo índice para as mensalidades, que devem subir acima da inflação e do pico de 13,75% de 2016

individuais e familiares e não sofrem o controle da ANS. Assim, o reajuste anual é livremente negociado entre a pessoa jurídica e o plano de saúde — o que culmina em altos reajustes anuais, geralmente bastante superior ao que sofrem os planos individuais e familiares.

O reajuste médio dos planos coletivos com 30 ou mais beneficiários foi de 5,55% e o de planos de saúde coletivos com até 29 vidas ficou em 9,84%. De acordo com a associação, o consumidor pode acionar os canais de atendimento da operadora em busca de esclarecimento sobre índices de correção.

A ANS disse que “regula tanto os planos individuais/familiares quanto os coletivos (empresariais e por adesão). Nestes

últimos, o reajuste é definido em contrato e estabelecido a partir da relação comercial entre a empresa contratante e a operadora, em que há espaço para negociação entre as partes”. Segundo a agência, as operadoras são obrigadas a oferecer à pessoa jurídica contratante a memória de cálculo do reajuste e metodologia utilizada com o mínimo de 30 dias e antecedência da data prevista para a aplicação do reajuste.

De acordo com a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), num universo de 48.932.711 beneficiários de planos de saúde, atualmente, 39.974.088 estão vinculados aos planos coletivos, sendo que, desse total, 33.662.601 estão ligados aos planos coletivos

empresariais e 6.311.487 aos planos coletivos por adesão.

Nesta semana, a ANS publicou uma resolução que torna obrigatória a manutenção de portais na internet pelas operadoras de planos de saúde privados. Os sites deverão funcionar 24 horas por dia e sete dias por semana para atender a beneficiários e prestadores de serviços. Conforme a portaria publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*, os sites deverão ter uma área voltada aos clientes e outra para a rede credenciada de unidades e profissionais de saúde. A área dos clientes deverá trazer a relação de produtos comercializados pela operadora e a relação da rede credenciada pelo plano de saúde.

Indústria cresce 0,7%

A produção industrial avançou 0,7% em fevereiro, na comparação com o mês anterior, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem. O resultado ficou acima da expectativa do mercado, de alta de 0,3%, mas o setor ainda permanece 2,6% abaixo do patamar de antes do início da pandemia.

A Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, para o mês de fevereiro registrou recuperação de parte da queda de 2,2% contabilizada em janeiro deste ano. Frente ao mesmo intervalo de 2021, o recuo foi de 4,3%. Porém, no acumulado dos últimos 12 meses, houve alta de 2,8%.

O IBGE registrou crescimento nas quatro categorias econômicas consideradas pela pesquisa e em 16 dos 26 ramos pesquisados. O destaque ficou com as indústrias extrativas, que registraram alta de 5,3%. O segmento de produtos alimentícios avançou 2,4%.

“O setor extrativo teve uma queda importante em janeiro, de 5,1%, por conta do maior volume de chuvas em Minas Gerais, naquele mês, o que prejudicou a extração do minério de ferro. Com a normalização das chuvas, houve uma regularização da produção”, disse o gerente da PIM, André Macedo, em nota.

Conforme dados do órgão, em fevereiro, há o retorno normal ao trabalho, que impulsiona a produção. “O setor de alimentos teve seu quarto mês positivo de crescimento, acumulando no período ganho de 14%. Em fevereiro, os destaques foram a produção de açúcar e carnes e aves, dois grupamentos importantes dentro do setor de alimentos”, acrescentou o técnico do IBGE. (MP)

Novos preços desde ontem

» FERNANDA STRICKLAND

Nesta semana, a Câmara de Regulamentação do Mercado de Medicamentos (Cmed), ligada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao governo federal, definiu um reajuste máximo de 10,89% no preço dos remédios, que entrou em vigor desde ontem.

Por conta dos estoques, os novos preços dos medicamentos não devem começar a valer imediatamente nas farmácias. Portanto, vale a pena pesquisar antes de comprar e aproveitar onde o reajuste ainda não ocorreu.

“O reajuste é linear este ano porque a Cmed definiu como sendo zero o fator X, que estima o ganho de produtividade da indústria farmacêutica em 2021”, explicou o presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini. Segundo ele, o índice

autorizado pela Câmara atualiza a chamada Tabela de Preços Máximos ao Consumidor (PMC), ou seja, define o preço máximo de venda. “Os medicamentos podem ser reajustados abaixo desse índice e isso vem acontecendo com frequência”, afirmou.

Em nota, a Sindusfarma informou ainda que nenhuma empresa pode aumentar o preço máximo ao consumidor (PMC) de seus produtos sem autorização do governo. “Uma única vez a cada ano, os aumentos de custo de produção acumulados nos 12 meses anteriores podem ser incorporados ao PMC dos medicamentos, a critério das empresas fabricantes, aplicando-se uma fórmula de cálculo criada pelo governo”, destacou.

A entidade ressaltou que a cotação do dólar chegou a aumentar quase 40% no último biênio, enquanto custos com

contratação de frete e seguros tiveram alta de 10% e gasto com embalagens, considerando a moeda norte-americana, 40%. No acumulado dos últimos dois anos, os custos aumentaram 78,91%.

Para o Sindusfarma, os medicamentos têm um dos mais previsíveis e estáveis comportamentos de preço da economia brasileira. Foram apontados pelo Sindicato outros fatores para a manutenção de preços, como os impostos embutidos no preço dos medicamentos. A carga tributária equivale a até 32% do valor final pago pelo consumidor.

Além disso, a instituição alegou que medicamentos de uso contínuo, como para hipertensos e para diabetes, oferecidos gratuitamente no Programa Aqui Tem Farmácia Popular são vendidos pelos fabricantes por valores de reembolso baixos, que não são reajustados

ICTO/Reprodução



Consumidor deve pesquisar para aproveitar estoques antigos

há anos. “É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde. Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer”, disse Mussolini.

O economista autônomo Hugo Passos deu algumas dicas para o consumidor economizar. “A primeira coisa a fazer é pesquisar em diferentes farmácias. Outra forma de reduzir os custos é optar pelos medicamentos genéricos, mas é preciso verificar com o médico para saber se faz sentido”, orientou.